Projeto de Lei do Executivo Municipal nº. 029/2018, de 19 de outubro de 2018.

Dispõe sobre a criação do Cargo de Provimento Efetivo de Psicopedagogo(a) Clínico e Institucional e dá outras providências.

O SENHOR MIGUEL ANGELO GASPARETTO, Prefeito Municipal de Ronda Alta, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

Encaminha para apreciação da Câmara Municipal de Vereadores e posterior aprovação, o seguinte:

### PROJETO DE LEI

**Art. 1º** Ficam criados 02 (dois) cargos de Psicopedagogo (a) Clínico e Institucional, Nível 11, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a ser enquadrados na Lei Municipal nº 579, de 28 de fevereiro de 1992, conforme abaixo:

DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	
Psicopedagogo(a)	Clínico e Institucional D-O-33	



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE RONDA ALTA

**Parágrafo único.** O Anexo I da Lei Municipal nº 579, de 28 de fevereiro de 1992, passa a vigorar, no nível 11, com a seguinte redação:

NÍVEL	CARGO	<b>EXISTENTES</b>	CRIADOS	TOTAL
	Psicopedagogo(a) Clínico e Institucional	-	02	02

- Art. 2º O cargo, ora criado, perceberá remuneração de acordo com a legislação vigente.
- **Art. 3º** As atribuições e os requisitos para provimento do cargo de Psicopedagogo(a) Clínico e Institucional, estão definidas no Anexo I da presente Lei.
  - Art. 4º Fica revogada a Lei Municipal nº 1.526, de 31 de março de 2010.
  - Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Ronda Alta, aos 19 de outubro de 2018.

Miguel Angelo Gasparetto
Prefeito Municipal



### ANEXO I

CARGO: PSICOPEDAGOGO(A) CLÍNICO E INSTITUCIONAL

**PROVIMENTO: Efetivo** 

DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Realizar diagnóstico e intervenção psicopedagógica, utilizando métodos, instrumentos e técnicas próprias da Psicopedagogia, em crianças, adolescentes e adultos, podendo ser o atendimento individual e grupal; atual na prevenção dos problemas de aprendizagem; oferecer assessoria psicopedagógica aos trabalhos em espaços institucionais, de acordo com a sua atividade fim na municipalidade, atuando na parte psicopedagógica clínica; atuar na orientação e formação continuada a professores e em oficinas de alunos para fortalecimento da aprendizagem; diagnosticar e medir a aprendizagem de crianças, adolescentes, adultos ou de grupos, com enfoque na prevenção, para o desenvolvimento e construção do conhecimento saudável, ou no suporte terapêutico frente aos problemas de aprendizagem já instaurados; realizar oficinas criativas junto às Escolas Municipais, Assistência Social, Centro da Criança e Adolescente, e Secretaria de Saúde; executar quaisquer outras atividades correlatas.

# **CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

a) Gerais: Carga horária semanal de 20 horas.

### **REQUISITOS PARA PROVIMENTO:**

**a)** Escolaridade: Curso Superior Completo em Pedagogia e especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional.

**b)** Idade mínima: 18 anos.

**RECRUTAMENTO:** Concurso Público.





Exmo. Presidente:

Senhores vereadores:

### **JUSTIFICATIVA**

Prezados Vereadores, apresentamos para análise e deliberação o Presente Projeto de Lei que visa a alteração da Lei nº 1.526 de 31/ de março de 2010.

Em busca de soluções para atender a demanda de outras secretarias do município, constatou-se a existência de cargos para Psicopedagogo, mas o cargo é até então especificamente para a Secretária da Educação, não podendo ser usado para outras finalidades. Verificou-se que a atividade exercida pelo titular do cargo de Psicopedagogo, não se enquadra como função de magistério, não podendo estar no Plano de Carreira do mesmo. Por tratar-se de um apoio à educação, o cargo deve ser criado no Plano de Cargos Geral do Município.

Como a atuação do Psicopedagogo está em crescente desenvolvimento, faz-se necessário atuar em outras áreas, como por exemplo, na Secretaria de Assistência Social, que diariamente desenvolve trabalhos com crianças e adolescentes (CCA - Centro da Criança e Adolescente), visando sempre o bem estar dos mesmos. Quanto as atribuições do cargo se enquadram para atuação em outros setores.

Reiteramos a importância da aprovação dos senhores referente a alteração da referida Lei, para termos um melhor aproveitamento do profissional em outras áreas que extrema importância para a população.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE RONDA ALTA, em 19 de Outubro de 2018.

Miguel Angelo Gasparetto
Prefeito Municipal